

**Apresentação**

**História pública, tempo presente e o futuro da  
esperança**

**Public history, present time and the future of  
hope**

*Marta Gouveia de Oliveira Rovai*<sup>1</sup>

*Ricardo Santhiago*<sup>2</sup>

*Fabiúla Sevilha de Souza*<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Integrante da Diretoria de Cursos e História Pública da Anpuh/BR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2017104349633265> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0769-0748>. Email: [marta.rovai@unifal-mg.edu.br](mailto:marta.rovai@unifal-mg.edu.br)

<sup>2</sup> Doutor em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Professor na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Integrante da Diretoria de Cursos e História Pública da Anpuh/BR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7835530375903585> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5318-5801>. Email: [ricardo.santhiago@unifesp.br](mailto:ricardo.santhiago@unifesp.br)

<sup>3</sup> Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Integrante da Diretoria de Cursos e História Pública da Anpuh/BR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0014755537333505>. <https://orcid.org/0000-0002-9854-2013>. Email: [fsevilhas@yahoo.com.br](mailto:fsevilhas@yahoo.com.br)

Com satisfação, apresentamos o Dossiê História pública, tempo presente e o futuro da esperança reunindo artigos que compartilham pesquisas e experiências que tenham a História Pública como reflexão teórica, propositiva e/ou prática. O objetivo é contribuir para a democratização/descolonização do conhecimento histórico com perspectivas de intervenção social e participativa em prol de um futuro mais esperançoso. Os autores e autoras apresentam trabalhos orientados por parcerias, pelo reconhecimento de saberes e autoridades diversas, diálogos com comunidades e públicos plurais, ultrapassando a ideia de audiência passiva.

As ações e os debates relativos à História Pública têm se ampliado nos últimos anos, evidenciando transformações dialógicas entre Academia e espaços não acadêmicos nos modos de pensar aspectos como o papel do/a historiador/a, os usos do passado, a memória, a diversidade de existências, os negacionismos e a participação de diferentes públicos. A ciência histórica tem sido desafiada pelo compromisso, no tempo presente, com a escuta de narrativas diversas, novas epistemologias e demandas sociais/identitárias em defesa do direito à memória, ao reconhecimento da presença plural na História e à justiça num mundo de desigualdades. Este posicionamento de uma ciência consciente de seu papel enquanto produtora de conhecimento e de ações sociais se manifesta, de forma crescente, em vários processos e elaborações que aliam historiografia, experiências, meios de comunicação, tecnologias digitais, educação, patrimônio, políticas públicas, coletividades e transdisciplinaridades.

A existência de narrativas produzidas por não historiadores/as pode ser considerada como um problema para a História Pública, entendida não como obstáculo e sim como provocação e desafio num mundo plural e, muitas vezes, ameaçador de direitos. A concepção de História Pública pressupõe o reconhecimento de que a produção de saberes históricos nunca foi exclusividade

de especialistas e, com os diferentes usos das tecnologias digitais, além de outras mídias e projetos coletivos, esta questão se tornou cada vez mais evidente. No entanto, o que se evidencia, também, é o excesso de discursos que alimentam interesses políticos conservadores e distorcionistas, assim como as “ego-histórias”, procurando reforçar valores não comprometidos com a “verdade histórica” e que, pelo contrário, deslegitimam e desqualificam o ofício historiográfico.

Como demonstram os diferentes trabalhos apresentados neste Dossiê, um dos principais desafios que atravessa o alargamento na produção e na divulgação do conhecimento histórico é o compromisso ético-político com a garantia do debate público pluralizado. No entanto, ele deve vir orientado pela preocupação em evitar a simplificação, o reducionismo, a distorção, o revisionismo apologético e a negação dos preceitos democráticos. Se a História Pública pressupõe a democratização de epistemologias, agentes e meios de produção de saberes históricos, além e em conjunto com a Academia, ela também encara o perigo dos excessos.

A História Pública leva em conta processos dialógicos, compartilhamentos, o reconhecimento de autoridades diferenciadas e a concepção de passados inacabados que se calibram pelo presente, pois continuam a afetar grupos e recriam formas de registro, divulgação, compartilhamento, elaboração de políticas públicas, expressões artísticas e articulações multidisciplinares. É nesta direção que os trabalhos aqui reunidos demonstram a desestabilização de teorias e práticas históricas/historiográficas antes encasteladas na Academia. São artigos que nos convidam a pensar sobre a compreensão coletiva do passado; o trato da memória coletiva; os diversos usos das tecnologias; as relações entre História Pública e Ensino de História; as implicações sociais e políticas de narrativas históricas, num cenário de excessos midiáticos, e preocupada eticamente com suas afetações nas relações com diferentes públicos.

O/a leitor/a terá a oportunidade de conhecer estudos e práticas que demonstram o comprometimento social da História com dinâmicas colaborativas, com a museologia, as metodologias participativas no ensino, a organização de centros de memória, o debate com comunidades, fazendo uso das tecnologias digitais, da fotografia e da história oral, entre outras ferramentas, como modos de se produzir e publicizar fontes e conhecimento histórico, além de visibilizar demandas por políticas em defesa dos direitos humanos.

O primeiro texto que apresentamos foi escrito por Rafael Dias de Castro e se intitula *Teoria da história, história pública e a função social do(a) historiador(a)*. Nele, o autor reflete acerca das relações entre cultura histórica e História Pública, a função social do historiador e o comportamento epistemológico-ético-político voltado à democratização do saber histórico. Isso significa considerar os diferentes sujeitos, narrativas e intervenções na arena pública, levando em conta saberes, tecnologias e experiências diversas na construção do conhecimento, como é possível reconhecer na maior parte dos artigos que compõe este Dossiê.

A proposição disruptiva está também presente no artigo *Sempre-vivas em luta: Uma experiência de história pública decolonial em defesa de uma territorialidade ancestral no Quilombo de Mata dos Crioulos (MG)*. Nele, Meiry Rodrigues Queiroz de Almeida e Leonara Lacerda Delfino tornam público o trabalho colaborativo entre a Comunidade Quilombola de Mata dos Crioulos (MG), a Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX) e as equipes técnicas acadêmicas, responsáveis por produzir documentos públicos que tratam da delimitação de territórios e do sistema agrícola na Serra do Espinhaço Meridional, e do Protocolo Comunitário de Consulta Prévia das Comunidades Quilombolas Apanhadoras de Flores Sempre-vivas, em Minas Gerais. As autoras analisam a construção de memórias de territorialidade por meio das narrativas de história oral com sujeitos/as comunitários/as e

pesquisadores/as, a produção discursiva presente nos documentos públicos e a leitura da narrativa fílmica do curta-metragem *Tempo da Roça, Tempo da Campina* (2020), entendendo que a história pública se realiza pela via das ações coletivas mobilizadas em defesa dos direitos quilombolas e dos povos tradicionais, além dos trabalhos de divulgação e encontros comunitários.

Igualmente ciente da importância das representações construídas pelas mídias na definição de políticas públicas legitimadoras de uma racialização crônica na sociedade brasileira, temos o artigo de Milena Martins e Wellington Amarante. Em *“Televisão e História Pública”: representações da escravidão na telenovela Novo Mundo (2017)*, os autores identificam e analisam as representações da escravização na telenovela *Novo Mundo*, produzida e veiculada pela Rede Globo no ano de 2017. Por meio da plataforma de streaming *Globoplay*, Martins e Amarante nos apresentam como a trama televisiva colaborou para a construção das representações públicas sobre a escravidão, assim como refletem sobre o papel do/a historiador/a como consultor/a histórico nesse tipo de produção, dialogando com o conhecimento científico voltado a uma ampla audiência.

É também um tema sensível que mobiliza Helena Ragusa. No artigo intitulado *História Pública, História Digital e o “dever de lembrar”: o Museu do Holocausto de Curitiba em foco*, a autora nos apresenta as diferentes práticas do Museu em sua dimensão pública. Além de suas ações no espaço físico, a autora compartilha a realização de uma História Pública plural e democrática, comprometida com o combate a discursos negacionistas e distorcionistas sobre o conhecimento histórico, principalmente em relação aos preconceitos e à violência cometida contra o povo judeu. Entre as práticas, faz-se uso das tecnologias digitais para aliar pesquisa, ensino e extensão, unindo saberes acadêmicos a comunidades virtuais. Entre as diferentes redes utilizadas pelo

Museu, Ragusa optou por analisar o *Facebook* a fim de compreender a relação com o público, os modos de interação em videoconferências e o compartilhamento do conteúdo nas transmissões ao vivo.

Com efeito, o debate público de passados difíceis é uma tônica pujante da História Pública. Outro exemplo deste potencial foi analisado em *Exploring the Intersections between Public Mourning, Memory, and Photography in Paulo Frontin (Brazil)*, que trata da temática do luto e sua relação com a produção da memória pública. Neste artigo, Michel Kobelinski fala de um acidente de trem ocorrido em 1943 na cidade de Paulo Frontin, no sul do Brasil. A análise das relações entre fotografia e a memória pública procura lançar luz sobre as afetações emocionais entre a população local, profundamente marcada pelo trauma coletivo e pela busca da construção de espaços públicos de rememoração.

Os próximos dois artigos convidam o/a leitor/a a enveredar pelos caminhos do Ensino de História e da Educação Histórica. Em seu artigo, Daniel Ferreira da Silva e Márcio José Pereira apresentam discussões relativas ao desenvolvimento de uma História Pública centrada nas relações entre o ensino de História e o uso dos ambientes digitais, pensando a ampliação dos debates públicos, escolares e acadêmicos. Os autores tratam dos novos desafios e do impacto das plataformas digitais na problematização quanto à ausência e exclusão de sujeitos/as na produção histórica, propondo o atendimento a novas demandas e públicos na construção da divulgação histórica, na formação de historiadores/as-docentes e no ensino de História.

Bruno Flávio Lontra Fagundes, em seu texto *Fundamentos teórico-práticos do pragmatismo estadunidense em História Pública: as Raízes Pragmáticas da Educação Histórica nos Estados Unidos*, da historiadora estadunidense Rebecca Conard, procura pensar a História Pública a partir do conceito de história útil, desenvolvido pela pesquisadora. O autor analisa a criação de cursos criados nos

Estados Unidos, o desenvolvimento de ações junto a órgãos públicos e a pragmática orientada pela reflexão historiográfica, no sentido da colaboração e na perspectiva de processos dinâmicos com que as audiências podem estar envolvidas para além da mera passividade diante do conhecimento histórico.

Como alguns estudos têm procurado demonstrar, o papel das audiências envolve, para além da produção, outros dois pilares do conhecimento histórico, a saber, a divulgação e a autoridade historiadora. Em *Acerca de las prácticas públicas de la historia. Reflexiones sobre el I Congreso de Historia Pública y Divulgación en Argentina*, Alejandra F. Rodríguez e Gisela Andrade abordam o I Congresso de História Pública e Divulgação da História ocorrido na Argentina em 2023. As autoras trazem reflexões presentes nas práticas argentinas e que se assemelham a questões brasileiras. Entre elas, aquela que diz respeito à autoridade epistêmica nas relações entre o conhecimento histórico, os profissionais e a comunidade. Elas demonstram como a História Pública dialoga, ainda, com outras áreas e expressões, como o festival aberto ao público “La Historia, un bien común”, no qual manifestações artísticas trataram da história argentina, em especial o período da ditadura militar e as mães/avós da Praça de Maio. Numa articulação entre Academia, a prefeitura da cidade de Quilmes e o Instituto Cultural de Buenos Aires, as ações contaram com a participação ativa dos públicos, tratados não como audiência na elaboração, no debate e no ensino do conhecimento histórico. A concepção de autoridade compartilhada, por meio desses eventos, é central na reflexão de Rodriguez e Andrade, afirmando a importância dos processos dialógicos.

São, por sinal, os processos dialógicos que têm orientado muitos dos trabalhos de Juniele Rabêlo de Almeida, cuja entrevista encerra este Dossiê. Nela, a pesquisadora nos falou sobre sua trajetória nas práticas de História Pública e das diferentes experimentações participativas. A historiadora e professora da

Universidade Federal Fluminense (UFF) respondeu às possíveis resistências acadêmicas à História Pública, entendida, algumas vezes, como modismo, simplificação ou abandono da ciência histórica, nos apresentando a sua potencialidade e importância na atualidade. Ela tratou, também, da criação e da consolidação da Rede Brasileira de História Pública, refletindo sobre a necessidade ou não de sua institucionalização na formação de “historiadores públicos”, acerca dos processos que envolvem diferentes públicos, do uso das tecnologias digitais e dos espaços múltiplos na produção e divulgação do conhecimento histórico, a partir do envolvimento de públicos plurais, além da Academia. Temas como as relações da história oral, a docência e o registro público de memórias traumáticas em busca de políticas públicas foram destaques em nosso diálogo com Almeida. Aspecto importante da entrevista, ainda, foi o posicionamento da historiadora sobre os processos de ampliação e de internacionalização da História Pública, em uma perspectiva contra-colonial.

Desejamos a todas as pessoas uma excelente leitura!